

A CONQUISTA DO CERRADO.

O Brasil, no final da década 60 e no início da década 70, era um país importador de alimentos para o seu próprio abastecimento. Os estímulos dados à industrialização por Getúlio Vargas e principalmente Juscelino Kubitschek, haviam promovido uma profunda transformação no perfil da população brasileira. Em 1930 tínhamos 80% da população como rural e apenas 20% como urbana. Já no final da referida década 60, o país, com quase cem milhões de habitantes, tinha 50% como urbana e 50% como rural. Esta rápida urbanização brasileira provocou mudanças no seu sistema de abastecimento nos grandes centros urbanos. A nossa produção rural era insuficiente ao próprio abastecimento interno. Por maior que fosse o esforço do governo, especialmente a partir de 1968, em suprir de crédito rural aos seus produtores, as suas terras férteis (terras rochas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o massapé e o salmorrão de Minas Gerais e Goiás) todas já totalmente ocupadas, não eram suficientes à produção de alimentos para atender à sua própria população. Por mais que o crédito rural estimulasse a produção, o país não detinha conhecimento e tecnologia suficientes para alcançar os índices de produtividade que os países de clima temperado já haviam conseguido.

O esforço na importação de pacotes tecnológicos das regiões temperadas e desenvolvidas do globo, não surtia, aqui, os mesmos efeitos num clima tropical, diferente e hostil sob o ponto de vista biológico. É evidente que os “insumos modernos” especialmente os fertilizantes, os defensivos e a mecanização ajudaram a melhorar a nossa produtividade, mas as plantas geneticamente não eram capazes de produzir aqui o que produziam em suas origens.

A limitação de fertilidade da grande maioria dos solos brasileiros e principalmente o clima, eram fatores limitantes. Só tínhamos competência em produzir produtos tropicais como o café, o cacau, a borracha e a madeira, cujos valores no mercado externo nos permitiam importar os alimentos que necessitávamos para completar o nosso abastecimento interno.

A população urbana continuava a crescer vertiginosamente e com o primeiro choque do petróleo, no início da década 70, com o Brasil também dependente fortemente dele, os recursos advindos da exportação dos produtos tropicais já não eram suficientes para comprar alimentos e petróleo, ambos com os preços muito altos no mercado internacional. A nossa população, especialmente a urbana, a partir da década 70, com baixos salários, ainda se submetia a pagar uns dos mais altos preços do mundo para a sua alimentação, que chegava a consumir cerca de 45%, da renda da família média brasileira.

Aí o dilema, as nossas terras férteis, onde tínhamos a tradição de plantar, estavam totalmente ocupadas e não eram suficiente para o nosso próprio abastecimento de alimentos, a nossa população urbana aumentando, o preço do petróleo de que éramos dependentes, quadruplicando, os alimentos escassos no mundo alcançavam os mais altos preços no mercado internacional, o que nos obrigava a encontrar novas saídas, outras alternativas.

Foi aí então que encontramos nos órgãos de pesquisas à época, DNPEA do governo federal, o IBEC Research Institute, onde se despontavam os trabalhos realizados pelo Dr. A COLLIN M C GLUNG, hoje, para nós, com muita justiça, aqui também homenageado, o IAC, do governo de São Paulo, nos dando indicações sobre as possibilidades do uso do “cerrado”, área de terra que ocupa mais de dois milhões de quilômetros quadrados, no centro do território brasileiro. Esta poderia ser a grande saída. Talvez a única, àquela época, viável e racional para o país.

Concomitante às indicações da pesquisa, há de se realçar o importantíssimo papel das nossas 12 escolas de agronomia e 9 de veterinária que naquela época iniciaram uma verdadeira revolução no ensino das ciências agrárias no Brasil. Essas escolas eram agrupadas na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, no Ministério da Agricultura. No início de 60, com a reforma universitária no país, o ensino superior agrícola e veterinário foi transferido para o Ministério da Educação e Cultura e, diga-se de passagem, não fora muito bem recebido nesta nova posição. Era como um novo filho enjeitado. Esta nova situação provocou, como seria natural, uma forte reação por parte das escolas agrícolas brasileiras. Elas, em sua grande maioria, tinham os seus professores em tempo integral de trabalho, o que não ocorria nos outros ramos de ensino no país. Muitas delas se aproximaram das Universidades Americanas, como Purduu, Iowa, Pensilvânia, e tantas outras, e por suas influências as nossas escolas agrícolas procuraram adotar o "Land Grant College", fazendo ensino pesquisas e extensão que as tornavam muito mais objetivas e conhecedoras da nossa verdadeira realidade. Divergiram assim das outras áreas de ensino, que no Brasil recebiam muito maior influência da escola Francesa, mais letrada, livresca e hermética em relação ao ambiente onde atuavam. Procuraram as escolas agrícolas brasileiras imediatamente aperfeiçoar os seus professores, que foram fazer seus cursos de pós-graduação, especialmente nos Estados Unidos da América do Norte. Retornando ao país, começaram a formar aqui, os nossos primeiros cursos de pós-graduação. Ampliam as nossas escolas as suas ações em ensino de maior conteúdo e aplicabilidade, na pesquisa de novas soluções objetivas aos nossos reais problemas e na extensão rural levando aos nossos produtores uma nova mensagem e predisposição para as necessárias mudanças. Tornou-se o ensino agrícola no Brasil cada dia mais objetivo e contestando as tradicionais formas de busca de soluções por simples transferência de tecnologia de outras partes do globo. Os nossos profissionais ficaram, cada dia, mais preparados para enfrentar os problemas locais e suas naturais peculiaridades de um país em desenvolvimento e principalmente tropical. Foi, sem dúvida, o início da formação de uma competência nacional, voltada a solução dos nossos próprios problemas. Este movimento foi indiscutivelmente quem permitiu a formação de profissionais competentes que iriam promover as mudanças necessárias às novas conquistas para o desenvolvimento de uma nova agricultura, em novas bases, a chamada "Agricultura Tropical do Globo".

Dentro deste quadro, em 1971, inicia em Minas Gerais, o governo do Dr. Rondon Pacheco. Homem experiente politicamente, de uma incrível capacidade de mobilização da comunidade mineira, determinado em seus propósitos de promover o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, um território síntese do país. Ele convocou toda uma competência para promover as mudanças necessárias em todos os segmentos da economia mineira, inclusive na agropecuária. Permitiu que se montasse no setor agrícola todo um aparato nas áreas de pesquisas, extensão, crédito rural, apoio à produção, armazenamento, industrialização, comercialização, abastecimento interno e exportação. A criação de uma autarquia especial, o PIPAEMG, com total, autonomia técnica, administrativa e financeira, não só permitiu a reunião de uma grande equipe de profissionais adequadamente preparados que iniciaram uma verdadeira revolução nas pesquisas agrícolas em todo o estado, mas inclusive influenciou o Governo Federal a propor a mudança da lei de estruturação da pesquisas agrícola no país, com a criação da EMBRAPA. A definição da ACAR, como órgão oficial de assistência técnica do estado e o apoio a contratação de mais de mil novos profissionais para levarem a assistência técnica em nome do governo aos produtores rurais, ajudando a promover as mudanças necessárias foi de grande eficiência. A proposta de mudança dos conceitos do crédito rural àquela época no país, através do BDMG, fortaleceu a idéia de que o crédito

deveria ser voltado à produção e não a produtos isoladamente e criou as condições para que o produtor pudesse ser amparado de fato em todas as suas atividades e se encorajasse a realizar as mudanças necessárias à sua competência. A organização dos 53 órgãos de apoio ao setor rural, num único e eficiente SOAPA, sistema operacional e integrado de atuação, evitando-se os paralelismos e desperdícios naturais, fez ver ao produtor que o estado também já estava mudando para um novo conceito de trabalho e eficiência o encorajando a também mudar. Foi assim que surgiu a primeira experiência de projeto integrado de desenvolvimento rural que possibilitou aos produtores que nele se inserissem a realizarem as suas novas tarefas de se tornarem competitivos. As coisas começaram a dar certo e Minas Gerais passava a dar um exemplo ao país de que éramos viáveis também na produção de alimentos.

Em 1974, toma posse o General Ernesto Geisel, como Presidente da República. Homem de larga visão, estrategista formado nas Forças Armadas do Brasil e treinado nos Estados Unidos da América do Norte, com experiência em problemas energéticos e de abastecimento, tinha sido presidente da Petrobras, estudioso e conhecedor dos grandes problemas nacionais, tomou conhecimento do que se passava nos últimos três anos em Minas Gerais. Não perdeu tempo, também acreditando na competência dos profissionais brasileiros, convocou toda a equipe mineira para repetir a nível nacional o que ali se realizava. Imediatamente foi estruturada a EMBRAPA, que até então se encontrava apenas no papel. Para ela foi convocada toda a elite de profissionais brasileiros disponíveis para a desafiante tarefa de fazer o país conseguir produzir e ser competitivo em alimentos. Buscou-se o apoio de competências internacionais para nos ajudar ao cumprimento de nossa desafiante tarefa, como o caso do Dr. Norman Borlaug, como nosso orientador do programa de trigo e que aqui agora temos a honra e o prazer de revê-lo como Presidente do Conselho do WFP, e prestar a ele todas as homenagens do povo brasileiro pelos seus feitos e em especial ao fabuloso trabalho que realizou e nos estimulou na ingente tarefa de conquistar o solo brasileiro. Montou-se no Brasil, àquela época, o mais agressivo programa de treinamento de profissionais, onde mais de 1500 técnicos da EMBRAPA e das Empresas Estaduais de Pesquisas Agropecuárias recém criadas com o estímulo do Governo Federal, puderam realizar os seus programas de pós-graduação e reciclagem, nas melhores Universidades e Centros de Pesquisas do mundo, onde levavam a tarefa de atualizar-se com o que de mais avançado existisse em ciência e tecnologia na época, mas sabendo da suas responsabilidades de desenvolver, em seu retorno ao país, as verdadeiras soluções para os problemas nacionais nas condições do nosso clima tropical. Criou-se imediatamente a EMBRATER, com a finalidade de transferir as tecnologias criadas em nossos centros de pesquisas aos nossos produtores rurais, realizando uma eficiente e objetiva assistência técnica e extensão rural, devidamente bem articulada em todo o país. Vários programas integrados de desenvolvimento foram criados, inclusive o POLOCENTRO, com a finalidade de desenvolver os cerrados brasileiros e incorporar ao processo produtivo pelo menos três milhões de hectares em cinco anos. É indiscutível que foi o desenvolvimento dos programas da EMBRAPA que propiciaram o grande salto na agricultura brasileira, inclusive o programa de incorporação dos nossos cerrados ao processo produtivo e competitivo. O exemplo do seu Centro Nacional de Pesquisas de Cerrado, cujo chefe o Dr. Edson Lobato, aqui também hoje homenageado, para nós com grande honra, foi incontestável fator de estímulo e garantia do acerto em nossos trabalhos.

A verdade é que em menos de 30 anos conseguimos criar uma nova e competitiva agricultura tropical em solos brasileiros. Tem de se reconhecer que esta agricultura tropical é indiscutivelmente a cada dia mais conservacionista e sustentável. Estamos evoluindo para realizar cada vez mais um racional manejo dos nossos recursos naturais.

Hoje, para nós, é confortável reconhecer que felizmente esta evolução de nossa agricultura resultou em benefício para toda a Nação Brasileira. Somos grandes exportadores de alimentos e matérias primas agrícolas, para quase todo o globo e em quantidades consideráveis. Geramos um saldo de exportação de mais de 35 bilhões de dólares e uma exportação agrícola de mais de 45 bilhões de dólares. Os consumidores brasileiros diretamente se apropriaram dos benefícios do crescimento de nossa produtividade. Hoje consomem um dos mais baratos alimentos do mundo. O preço relativo dos alimentos hoje no Brasil em relação aos de trinta anos atrás é de 70% a 80% mais baratos, permitindo que além dos alimentos eles possam adquirir suas residências, seus eletrodomésticos, seus computadores seus veículos próprios, ativando todo o mercado brasileiro.

É verdade que ainda vivemos como os nossos companheiros países em desenvolvimento, com o terrível drama de uma dicotomia de uma agricultura empresarial, competitiva e eficiente, ao lado de uma agricultura de subsistência, incompetente e dependente de apoio e favores da sociedade e dos governos. Esta última depende diretamente de programas sociais, de educação, de saúde, gerencial e assistencial e sentimos estar começando a serem realizados, cada dia com mais acerto, para que ela possa se incorporar paulatinamente ao nosso processo produtivo. Os nossos agricultores da nossa agricultura de mercado ainda sofrem os nefastos efeitos de anteriores e péssimas gerências de nossa economia, que os submeteu a sete planos econômicos, verdadeiras aberrações, obrigando a que eles pagassem os mais altos juros dos recursos usados na sua produção, a pagarem os mais altos tributos que se têm notícias no planeta e ainda os mais altos custos de serviços, especialmente os de transporte e logística. E mesmo assim eles persistem competitivamente. Felizmente estamos sentindo a cada dia que os administradores de nossa economia, tomam juízo e ela vai adquirindo fundamentos mais estáveis e confiáveis e indicam que a fase dos desperdícios e descontroles está passando e podemos visualizar um melhor horizonte.

A mesma compreensão deveremos esperar dos países desenvolvidos, para que eles permitam a maior abertura dos mercados na área de alimentos e que não subsidiem os seus produtos agrícolas de exportação em flagrante detrimento na competição dos produtos dos países em desenvolvimento.

Sabemos que ainda existem muitas regiões do globo, principalmente em áreas tropicais onde ainda impera pobreza a miséria e a fome. Temos consciência que podemos ajudar a conquistar os seus espaços e reconhecemos que temos o conhecimento e a tecnologia adequada. Dispomos-nos a somar esforços com os outros países que pensam como nós.

Quero informar que me sinto muito honrado e emocionado pela láurea que estou recebendo. Tenho o dever de saber que ela não pertence somente a mim e muito mais ao meu país. Pelos nossos dirigentes que nos permitiram somar em torno de nós o que havia de melhor em termos da competência nacional. Aos pesquisadores, que no silêncio dos seus laboratórios, conseguiram conquistar esta fabulosa façanha. Aos extencionistas que captaram a confiança dos nossos produtores e levaram a eles a vontade das mudanças indispensáveis. E finalmente, aos produtores brasileiros, que em suas lutas diárias, e em seu sacrifício e dificuldades souberam suportar e vencer esta batalha na qual todos nos envolvemos e que agora passa a ser reconhecida internacionalmente. A eles o nosso tributo respeito e admiração.

Gostaria de deixar uma palavra final aos senhores que nos prestigiam. É que hoje, mais do que nunca, eu sinto os meus neurônios vibrando, como ocorreu em 1970. Se naquela época o mundo passava pela falta de alimentos e Brasil conseguiu fazer uma verdadeira revolução em seu sistema produtivo e se colocar como uma alternativa segura para o abastecimento mundial, hoje vejo que o mundo passa pelo fantasma da “fome” de

energia limpa e podemos informar com toda a segurança de que temos o conhecimento, a tecnologia e o espaço necessários, sem prejuízo da nossa produção de alimentos, para atender grande parte da falta de energia limpa que o mundo necessita. Tenho a certeza de que não os decepcionaremos.

Alysson Paolinelli